



Ditaduras e a implementação do neoliberalismo na América-Latina: desafios que o ontem lança ao presente

Las dictaduras y la implementación del neoliberalismo en América-Latina: desafíos que el ayer lanza al presente

Amanda Vidal Silva

Doutoranda. Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Brasil.

amavidal92@gmail.com

Santiago Pich

Doutor em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Professor do Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED/CED/UFSC) e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC).

O presente ensaio teórico tem como perspectiva dar visibilidade a relação entre os processos de ditaduras de Segurança Nacional (Gianassi, 2011), instaladas no continente latino-americano, com a implementação do neoliberalismo e, conseqüentemente, a constituição de uma nova subjetividade na qual os sujeitos passam a se reconhecer identitariamente enquanto indivíduos e não mais como um coletivo, pois inseridos numa nova dinâmica de governamentalidade neoliberal. (Foucault (2008).

O século XX é marcado por uma crise do capitalismo, com o final da Segunda Guerra Mundial, a partir da vitória da União Soviética (URSS) sobre o nazifascismo. O mundo mergulha na chamada Guerra Fria, momento histórico caracterizado pela disputa por hegemonia global entre Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS). São dois projetos sociais antagônicos, capitalismo versus comunismo, respectivamente. O continente latino americano foi rapidamente identificado como área de interesse dos EUA que estabeleceu como estratégia erradicar a ideologia oposta dentro deste território e dismantelar qualquer movimento e/ou possibilidade de projetos revolucionários.

Essa crise do capital diz respeito diretamente ao ideário liberal da economia e a função do Estado dentro deste sistema político-econômico. O liberalismo é a base ideológica que estrutura o conceito de homem moderno, compreendido como um sujeito universal, e fundamenta as premissas da liberdade e da razão da modernidade. Entretanto, pensar a modernidade como liberdade não é uma verdade para as populações negra, indígena e os povos

originários das Américas, já que o conceito de homem moderno tem sua referência única e exclusivamente no homem branco, proprietário dos meios de produção. A história nos revela que as revoluções liberais ocorridas no século XIX tiveram como característica comum o sancionamento de leis referentes ao tráfico de pessoas escravizadas, ou seja, a legitimação da escravização, fato que aponta para o racismo como caráter estrutural da ideologia liberal capitalista moderna. (Manoel, 2024)

Foucault (2008, p.83) ao realçar três principais características do liberalismo, destaca dentre elas a "posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial", ilimitado deve ser entendido no sentido das diversas estratégias violentas que foram destinadas aos povos não europeus, sobretudo em África, Índia e América Latina, a fim de colonizá-los e torná-los submissos ao ponto de produzirem a riqueza necessária aos povos ditos "mais civilizados", a raça superior, branca. Os colonizadores, justificando sua empreitada em nome do Deus cristão, diziam levar civilidade aos povos selvagens, estabelecendo "equações desonestas: cristianismo = civilização; paganismo = selvagerismo, das quais só poderiam resultar consequências colonialistas e racistas abomináveis, cujas vítimas deveriam ser os índios, os amarelos, os negros." (Césaire, 2010, p. 14).

Os processos de colonização não só permanecem até os dias atuais como se atualizam permanentemente sob novas formas de dominação e subjugação dos povos. As experiências ditatoriais podem ser tomadas como um exemplo desses mecanismos responsáveis pela

reatualização e implementação do projeto homogeneizador e imperialista, exercido pelas grandes potências europeias e, sobretudo, pelos EUA, nos países do continente latino.

As ditaduras empresariais-militares que assolaram a América-Latina entre as décadas de 1960 a 1990 foram responsáveis por perpetuar a tradição colonial ocidental, ampliando ainda mais a realidade da desigualdade social, concentração de riqueza, exploração da terra e da população, além de institucionalizar a violência neste território. Consolidam um processo de instituição de um capitalismo de dependência, em que os países pertencentes a esse território geográfico exercem uma soberania política formal, mas que não se traduz na prática, tendo em vista que sua economia, cultura, política, suas instituições, sistema educacional, produção de tecnologia e força militar são controlados pelos interesses imperialistas e pelos interesses dos Estados centrais do capitalismo monopolista. (Manoel, 2024)

Em que pese as semelhanças das ditaduras de Segurança Nacional nos países do continente latino-americano, para esta escrita é importante destacar a singularidade da ditadura Chilena. O golpe militar, apoiado pela CIA, acontece em setembro de 1973 com o assassinato, vulgo suicídio, do presidente Salvador Allende no Palácio de La Moneda, seguido da tomada de poder por uma junta militar cujo presidente era Augusto Pinochet e perdura até o ano de 1990. O destaque está na política econômica de caráter neoliberal implementada pelo grupo denominado Chicago Boys, economistas chilenos formados pela Universidade de Chicago, que implementaram reformas radicais e estruturais - as quais não seriam possíveis numa conjuntura que não fosse a partir de um governo autoritário. A partir desta empreitada o Chile se personificou na história como o protótipo do neoliberalismo na América-Latina.

De acordo com Foucault (2008), o neoliberalismo instaura uma mudança no regime de verdade, em que se estabelece a econometrização da vida como base estruturante da produção subjetiva das pessoas, que passam a se reconhecer

como agentes econômicos, e não mais como sujeitos coletivos. Este processo de individualização econométrica está no bojo do aprofundamento da ideia de meritocracia e liberdade. A política econômica neoliberal estabelece o sujeito como um capital humano dotado de competências e habilidades e o faz reconhecer a si mesmo como tal. Nesta perspectiva o indivíduo se torna o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso, isentando qualquer reflexão de como as condições sociais, econômicas e políticas determinam, em grande medida, suas relações em todas as esferas sociais. Deste modo, se estabelece o Homo Economicus como modo de subjetivação dominante na contemporaneidade, conceito abordado por Foucault em O nascimento da Biopolítica (2008).

Essa capacidade individualizadora desde uma governamentalidade econômica produz um indivíduo que se compreende como efeito do seu próprio esforço, do seu mérito e da otimização do cálculo do investimento no seu capital humano, que o situa no lugar do empreendedor. Aliado a isso, o princípio de verdade dessa política governamental se estrutura na defesa pela liberdade do mercado, compreendido como soberano frente a um Estado mínimo que têm cada vez menos interferência na política econômica. Essa liberdade de mercado não se pauta naquilo que é justo ou de direito, mas sim nos efeitos de suas próprias práticas governamentais, (Foucault, 2008). Isso implica em que as medidas econômicas neoliberais tornam-se bastante impopulares, porque centradas na ficção do mérito individual, e daí a necessidade de governos autoritários para garantir a implementação de uma agenda econômica radical.

Em vários países da América-Latina, as ditaduras empresariais-militares atuaram em duas principais frentes: despolitização e desmobilização social por meio do Terrorismo de Estado (Padrós, 2005), a partir de práticas de sequestro, tortura e assassinato destinadas à população em geral. Esse contexto deixa um legado de institucionalização da violência, e a despolitização e desmobilização social reverberam em muitas instâncias sociais até os dias atuais.

No caso brasileiro, esse legado se torna ainda mais visível a partir de um novo golpe de Estado, em 2016, dessa vez de caráter institucional, que culminou no afastamento da então presidenta do país, Dilma Rousseff (2015-2016), que havia sido reeleita para o seu segundo mandato. A agenda neoliberal começa a ser paulatinamente implementada já na sequência do golpe, por meio da atuação do Presidente interino Michel Temer (2016-2018), que realizou um congelamento de gastos públicos por vinte anos, medida que atinge todas as áreas sociais pelas quais o Estado é responsável, sobretudo, educação e saúde pública, somado à reforma trabalhista, que, entre outras coisas, flexibilizou a jornada de trabalho e enfraqueceu o poder de luta dos órgãos sindicais ao estabelecer o fim da contribuição sindical obrigatória, alegando que o trabalhador(a) teria mais poder negociação direto com o empregador. Além disso, Temer também foi o responsável por encaminhar uma proposta de reforma previdenciária, aumentando a idade e o tempo de contribuição, que foi aprovada no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), momento no qual o projeto neoliberal se estabeleceu explicitamente como política de governo por meio da atuação do então Ministro da Economia Paulo Guedes, o Chicago boy brasileiro, descendente da mesma base ideológica neoliberal de Milton Friedman, da Universidade de Chicago. Devemos lembrar que tanto o golpe de 2016, calcado na lógica do law-fare, que une elementos judiciais, midiáticos, parlamentares e econômicos, bem como a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, são fruto, em boa medida, da ascensão crescente das mídias eletrônicas e do uso político-eleitoral delas de modo eficiente por parte de grupos da extrema-direita brasileira (Cesarino, 2022).

Os casos do Chile e Brasil, exemplificados no decorrer das reflexões, são reveladores de como as ditaduras empresariais-militares foram mecanismos de violência extrema utilizados para pôr em prática a política econômica neoliberal que potencializa a exploração e expropriação da classe trabalhadora dos países latino-americanos, marginalizados dentro da economia global, cenário este que aliado a governamentalidade neoliberal, impede que os sujeitos se reconheçam

enquanto classe, lançando-os na arena da competitividade, do empreendedorismo e de compreensão de si mesmo como capital humano: uma empresa que precisa produzir sempre e produzir muito na esperança de lucrar sobre si mesmo e se lançar à frente do outro, seu concorrente direto, receita esta que estrutura a falácia da meritocracia.

Palavras-chave:

Ditaduras. Neoliberalismo. América-Latina. Governamentalidade.

Palabras-clave:

Dictaduras. Neoliberalismo. América Latina. Gubernamentalidad.

Referências

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Brasil: Livraria Livros & Livros Ltda., 2020. 79 p.

CESARINO, Letícia. O mundo do avesso - verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

FOUCAULT, M. O nascimento da biopolítica - Curso no Collège de France 1978-1979) São Paulo: Martins Fontes, 2008. Aulas de 14, 21 e 28 de março. pp. 297-396.

GIANNASI, Carlos Alberto. A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973). 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MANOEL, Jones. O lugar de Marx e Engels na modernidade: raça, colonialismo e eurocentrismo. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/31/o-lugar-de-marx-e-engels-na-modernidade-raca-colonialismo-e-eurocentrismo/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.